

Povo Xukuru-Kariri em Alagoas: migrações, trabalho na lavoura canavieira e a abordagem da temática indígena no ensino de História

Xukuru-Kariri People in Alagoas: Migrations, Work in Sugarcane Farming and the Approach to Indigenous Themes in History Teaching

Adauto Santos da Rocha*

Edson Silva**

RESUMO

Neste artigo, discutiremos as diversas atuações de trabalho indígena em Alagoas, desde o século XIX, dando ênfase para o povo Xukuru-Kariri, habitante em Palmeira dos Índios, no Agreste/Semiárido alagoano. Nossa pretensão será problematizar as intensas participações indígenas nas construções e consolidações da citada região desde o período provincial, perpassando a chamada “extinção dos aldeamentos”, ocorrida arbitrariamente por amparo jurídico da Lei de Terras de 1850 e os movimentos de reconhecimento étnico com a instalação de um Posto do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), em Palmeira dos Índios no decorrer da segunda metade do século XX. A partir do estudo apresentado, iremos propor discussões e atividades sobre como os temas migrações, trabalho e povos indígenas poderão ser abordados no ensino de História, tendo como

ABSTRACT

In this article, we will discuss the various actions of indigenous work in Alagoas, since the nineteenth century, emphasizing the Xukuru-Kariri people, inhabiting Palmeira dos Índios, in the Agreste/Semi-arid region of Alagoas. Our intention will be to problematize the intense indigenous participation in the constructions and consolidations of the aforementioned region since the provincial period, going through the so-called “extinction of the villages”, which occurred arbitrarily under the legal protection of the Land Law of 1850 and the movements of ethnic recognition with the installation of a Post of the Indian Protection Service (SPI), in Palmeira dos Índios during the second half of the twentieth century. we will propose discussions and activities on how the themes of migration, work and indigenous peoples can be addressed in the

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, Rio de Janeiro, Brasil. adauto-rocha49@gmail.com <<https://orcid.org/0000-0002-9458-5972>>

** Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, Pernambuco, Brasil. edsonsilva@capufpe.com <<https://orcid.org/0000-0002-6213-9927>>

base situações analisadas e produções audiovisuais.

Palavras-chave: Indígenas no Nordeste; Mundos do Trabalho; Ensino de História.

teaching of History, based on analyzed situations and audiovisual productions.

Keywords: Indigenous people in the Northeast; Worlds of Work; History Teaching.

Não tenho nada de usina não! O que eu tenho é desgosto que trabalhei muito, ganhei pouco e nunca arrumei nada até hoje! Arrumei foi só doença. Hoje vivo um velho todo ferrado.

(Sebastião Cosme, “Seu” Basto Cosme,
68 anos, Aldeia Fazenda Canto)

Já trabalhei no “Sul”, foi à primeira experiência minha no mundo foi no “Sul”, cortar cana.

(Cícero Tetro do Nascimento,
57 anos, Aldeia Mata da Cafurna)

Após 16 anos de publicação da Lei n. 11.645 em 2008, determinando o ensino da história e culturas indígenas na Educação Básica, ainda existem muitos entraves e lacunas para a efetivação da legislação. Exemplo disso são os vários equívocos disseminados por veículos de comunicação entre a sociedade em suas diversas formas de estruturação, contribuindo, de maneira geral, para a continuidade de desconhecimentos, desinformações, preconceitos e generalizações sobre os povos indígenas.

Portanto, a ausência de subsídios e materiais didáticos que considerem as especificidades da história local e também dos povos indígenas nas diversas regiões no Brasil contribuem sistematicamente para a escrita de textos acadêmicos que questionem os conteúdos e as maneiras como os povos indígenas são abordados no ensino de História, com ênfase para a utilização de livros didáticos. Buscando desconstruir visões cristalizadas e desconexas da realidade, este texto, por outro lado, propõe-se a enaltecer a pujante contribuição das populações indígenas para as sociedades em que estão inseridas (LAMAS; VICENTE; MAYRINK, 2016).

Desse modo, a partir de distintas formas de protagonismo expressadas cotidianamente, os indígenas afirmam sociodiversidades étnicas, reivindicam o reconhecimento de direitos, provocam questionamentos acerca dos lugares por eles ocupados nas narrativas sobre a História do Brasil, e ainda, contribuem para repensarmos a importância da pluralidade cultural indígena para as discussões sobre as relações étnico-raciais na Educação, nas práticas docentes e no Ensino de História.

Estudar criticamente sobre os povos indígenas é reconhecê-los como parte da nossa sociedade, participantes incontestes de diversos espaços, ativos produtores de conhecimentos que questionam criticamente a “História do Brasil”, afirmando-se como sujeitos históricos mobilizados e atuantes em busca de direitos historicamente negligenciados. Desse modo, as reflexões sobre os processos históricos e as diversas experiências vivenciadas por povos indígenas, com destaque para os Xukuru Kariri em Alagoas, contribuem para problematizarmos as relações entre ensino de História, povos originários, mundos do trabalho e construção de subsídios didáticos com abordagem crítica e atualizada sobre a temática indígena.

Como veremos adiante, pesquisas históricas contribuem sintomaticamente para rompermos paradigmas e desconstruirmos visões preconceituosas sobre os povos indígenas no Nordeste do Brasil. Muito mais que meros figurantes, os Xukuru-Kariri aproveitaram os eventos históricos que se desenvolviam para construir e reconstruir histórias de mobilizações e protagonismos. Espera-se, portanto, que o texto a seguir provoque discussões sobre indígenas, ensino de História e pluralidade étnica.

NAS TRILHAS DA PESQUISA

Em várias abordagens sobre migrações no Brasil, os nordestinos são citados como principais atores nos deslocamentos em busca de trabalhos fora dos lugares de origens, ora pensados como castigados pela seca, ora invisibilizados pelo Estado brasileiro (ANDRADE, 2011). Certamente, as buscas por melhores condições de vida foram um dos princípios motivadores para que inúmeras famílias decidissem se deslocar do Nordeste para atividades sazonais de trabalho. Em Pernambuco e Alagoas, especificamente, diversos migrantes buscaram se aventurar trabalhando nas zonas da mata canavieira dos referidos

estados, conhecidas popularmente como “Sul”¹ Outros, no entanto, seguindo percursos mais acentuados, decidiram atuar em centros com acelerada urbanização, como a grande São Paulo (MENEZES, 1985, p. 07, 91).

De acordo com Marilda Menezes (1985), os deslocamentos exercidos por migrantes em busca de trabalhos no Brasil durante o século XX não foram fenômenos motivados somente por desejos e expectativas individuais, mas constituíram processos a partir de mobilizações e estruturas sociais coletivas criadas nos locais de origens dos trabalhadores migrantes. Desse modo, necessidades migratórias vivenciadas cotidianamente proporcionavam formações de redes de solidariedade a partir de contatos com parentes e arregimentadores nas áreas em que os migrantes desejavam atuar.

Quando o tema das migrações para atividades sazonais se relaciona a populações indígenas, é possível evidenciarmos a constituição de algumas especificidades. Em primeiro lugar, muito mais do que mera obra de circunstâncias ambientais ou econômicas, as migrações indígenas estão associadas diretamente a contextos históricos de exclusão e subalternidade étnica. Para o caso de Alagoas, pesquisas de longa duração com indígenas Xukuru-Kariri demonstraram como a concentração fundiária de fazendeiros nos arredores e até mesmo nas aldeias em Palmeira dos Índios influenciavam decisivamente a saída de homens com faixas etárias distintas para o cultivo e corte da cana de açúcar (ROCHA, 2020).

Em um estado marcado pela presença da monocultura canavieira, encontrada em mais da metade dos municípios, seria razoável imaginar os canaviais como acesso de primeira hora aos exploratórios mundos do trabalho.² Por outro lado, apesar do acentuado quadro de incorporação da mão de obra indígena no universo açucareiro, outras atividades também exerceram lugar de destaque na absorção da força de trabalho Xukuru-Kariri durante o século XX. À título exemplificativo, poderíamos citar atuações em construções civis, em oficinas automobilísticas, empregos subalternos no ramo da metalurgia e outras funções que exigiram mão de obra barata e altamente rentável (Ibidem).

No Nordeste, em períodos posteriores à Lei de Terras de 1850, foram intensificadas as invasões aos territórios dos aldeamentos indígenas e consequente invisibilização étnica daqueles/as que neles habitavam.³ A partir de então, os deslocamentos de povos originários com destino a periferias de cidades próximas marcaram desestruturações territoriais propagadas com inva-

sões de posseiros nas áreas dos antigos aldeamentos, no litoral com a ampliação da lavoura canavieira e a instalação de diversas fábricas.

Já nas regiões interioranas, relativamente distantes do litoral, a expansão da agropecuária incorporou e explorou mão de obra indígena de forma assustadora. Nas áreas onde havia policultura, por exemplo, os fazendeiros as transformaram em imensas regiões esverdeadas pelas plantações de capim para o gado. Longe de ter sido mera obra do acaso, essa estratégia de concentração fundiária também foi utilizada contra outros povos indígenas no Nordeste, para além dos Xukuru-Kariri.

Baseando-se em farta pesquisa historiográfica, ao estudar os processos históricos vivenciados pelos indígenas Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção, no Agreste/Semiárido de Pernambuco, o historiador Edson Silva (2017) demonstrou em profundidade como, no decorrer do século XIX para o XX, integrantes das elites políticas locais utilizaram criações de gado para justificar reiterados avanços ilegais em terras pertencentes aos indígenas Xukuru, rendendo embates muito violentos entre indígenas e agropecuaristas pela posse territorial.

Após intensos movimentos de deslocamentos e perambulações, motivados também pelas longas estiagens e escassez de alimentos, vivendo períodos de incertezas e, muitas vezes, recebendo quantias irrisórias por severas atividades exercidas, sobretudo, em fazendas de gado, alguns povos indígenas no Nordeste foram reconhecidos oficialmente pelo Estado com a instalação de postos indígenas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910 (PERES, 2011). Entretanto, a conquista dos postos pelos indígenas não significou a garantia de posses territoriais, nem muito menos de sobrevivência física. Pelo contrário, a falta de alimentos, escassez de água⁴ e as constantes buscas por trabalhos fora das aldeias potencializaram a criação de redes migratórias, mesmo após o reconhecimento étnico por agentes estatais.

Portanto, baseando-se em ampla pesquisa documental, discutiremos as mobilizações de indígenas Xukuru-Kariri, habitantes no município de Palmeira dos Índios no Semiárido de Alagoas, para o reconhecimento oficial do Estado com a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos. O referido posto indígena foi criado em um período marcado por processos de emergência das identidades étnicas indígenas no Nordeste na primeira metade do século XX (OLIVEIRA, 2004) e contribuiu sintomaticamente para a inserção dos citados

indígenas nos mundos do trabalho migratório a partir da segunda metade do século XX.

Nesse caso, ao longo do texto, serão abordados contextos migratórios como conjunturas sociais muito complexas, pois, a partir deles, muitos indígenas foram habitar nas periferias de Palmeira dos Índios, considerando o acentuado esbulho territorial mesmo após o período de reconhecimento oficial dos indígenas pelo SPI. Por outro lado, os Xukuru-Kariri acessaram as migrações como espaços históricos de grande importância para os processos de reconquista territorial, iniciados em 1979 com a formação da Aldeia Mata da Cafurna (MOREIRA, PEIXOTO, SILVA, 2010).

Nesse sentido, as pesquisas documentais em fontes impressas e manuscritas para elaboração desse artigo ocorreram, principalmente, nos acervos do Museu do Índio, sediado no Rio de Janeiro (disponibilizado integralmente pela Internet), do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), sediado no Campus III da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal), em Palmeira dos Índios, bem como na hemeroteca do Conselho Indígena Missionário (CIMI), localizado em Maceió.

Em momentos posteriores às pesquisas documentais, realizamos diversas entrevistas com migrantes Xukuru-Kariri. As entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2018 e abril de 2019 com habitantes nas Aldeias Mata da Cafurna e Fazenda Canto, bem como, com indígenas habitantes na zona urbana de Palmeira dos Índios. No caso das pesquisas de campo em contextos urbanos, enfatizamos indígenas que migraram para São Paulo em busca de melhores condições de vida, sobretudo, pela falta de oportunidades de trabalho no citado município.

Ao final das pesquisas de campo, realizamos um total de 40 entrevistas com indígenas que vivenciaram diferentes experiências de trabalho dentro e fora das aldeias. As muitas horas de conversas gravadas foram convertidas em considerável número de páginas transcritas. No entanto, ao longo deste texto, em função do reduzido quantitativo de laudas, utilizaremos apenas fragmentos de algumas delas. Por outro lado, para aprofundar o debate que estamos propondo com a temática das migrações Xukuru-Kariri, utilizaremos outras fontes muito importantes para a compreensão das experiências vivenciadas pelos indígenas migrantes. Nesse caso, foram de grande valia consultas realizadas em carteiras de trabalho cedidas por alguns indígenas migrantes.⁵ As

informações disponíveis nos citados documentos, contribuíram para traçarmos perfis migratórios a partir dos registros e durações de atividades trabalhistas.

Além de indígenas Xukuru-Kariri, também entrevistamos indígenas Pankararu, provenientes do município pernambucano de Brejo dos Padres, bem como indígenas Kariri-Xokó, habitantes no município de Porto Real do Colégio, em Alagoas. As entrevistas com indígenas de outros povos que vivem em aldeias Xukuru-Kariri revelaram a dimensão de alianças protagonizadas em diversos deslocamentos migratórios. As experiências compartilhadas pelos indígenas de idades diversas nos vários destinos para o trabalho apontaram para a ausência de escolaridade como fator determinante nas muitas idas e vindas. Em situações pontuais, alguns indígenas utilizaram a educação formal como estratégia para a aquisição de trabalhos menos exploratórios, como em atividades relacionadas à educação escolar e saúde indígenas.

As entrevistas ainda evidenciaram trajetórias de indígenas Xukuru-Kariri que abandonaram as aulas com pouca idade para aventurar-se pelos canaviais na Zona da Mata de Alagoas ou em trabalho na construção civil. Ao cruzarmos as informações obtidas em algumas entrevistas e a documentação referente ao Posto Indígena Irineu dos Santos, constatamos a falta de alimentos, a insuficiência de materiais e profissionais necessários para o pleno funcionamento da escola do Posto.⁶ A falta de estruturas mínimas de condições de vida na Aldeia Fazenda Canto, portanto, foi um importante condicionante para a experiência dos indígenas Xukuru-Kariri em periferias, mesmo após a atuação do SPI em Palmeira dos Índios, conforme discutiremos nas páginas seguintes.

A PRES00ENÇA XUKURU-KARIRI NA ÁREA URBANA DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS

Apesar de a insuficiência de alimentos e escassez de águas terem exercido fator decisivo em diversos processos migratórios, o crescimento demográfico teve importante papel para as saídas e retornos de indígenas no Posto Indígena Irineu dos Santos à época de 1952. Além do mais, as difíceis condições de permanência na Aldeia Fazenda Canto durante a atuação do SPI acirraram inúmeros conflitos entre famílias Xukuru-Kariri na habitação do insuficiente território indígena. Lamentavelmente, alguns conflitos foram intensos resul-

tando no assassinato de líderes indígenas.⁷ A ocorrência de crimes entre os próprios indígenas, como bem demonstrou Sílvia Martins (1994), foi o estímul de muitos deslocamentos para a zona urbana em Palmeira dos Índios, inclusive como medida protetiva contra outros possíveis assassinatos no território indígena.

Nesse sentido, a partir da intensa participação indígena, algumas áreas na referida cidade foram formadas e/ou consolidadas. Um livro publicado por Luiz Torres (2001) no início do século XXI apontou para as constituições dos bairros Cafurna e Xucurús como sendo da mão de obra e habitação de indígenas esbulhados dos territórios em fins do século XIX, em períodos posteriores a utilização da Lei de Terras de 1850 na Província das Alagoas e, sobretudo, após 1952, com a insuficiência territorial provocada por ocasião de formação da Aldeia Fazenda Canto.

De acordo com o mencionado autor, após terem sido enxotados para a zona urbana de Palmeira dos Índios, os Xukuru-Kariri reivindicaram áreas para plantio e práticas ritualísticas. Em virtude do crescimento demográfico, as áreas reconhecidas tornaram-se insuficientes para os indígenas, provocando deslocamentos para trabalhos temporários e moradias nas periferias da cidade. Em Palmeira dos Índios as localidades com notória incidência de indígenas Xukuru-Kariri foram evidenciadas por um grupo de pesquisadores como sendo: Cafurna, Paraíso, São Francisco, Xucurús, Tenório Cavalcante e Alto do Cruzeiro. Há mais de 15 anos, o último bairro citado foi evidenciado como a área com a maior incidência de indígenas na zona urbana em Palmeira dos Índios, possivelmente, pela proximidade com a Aldeia Serra do Capela (FRANÇA et al., 2007).

Desse modo, inconformados com o processo de exclusão social acentuado com o descaso fomentado pelo Estado após a malversação da Aldeia Fazenda Canto, os Xukuru-Kariri habitantes no contexto urbano de Palmeira dos Índios se mobilizaram e conseguiram reconquistar partes dos territórios invadidos por fazendeiros locais. Em 2016 indígenas da família Macário, habitantes no Bairro Xucurús, mobilizaram-se para retomar uma área nas proximidades da Aldeia Fazenda Canto. O deslocamento dos indígenas da família Macário para as terras indígenas resultou em moroso processo de demarcação territorial. Atualmente, os citados indígenas habitam a Aldeia Fazenda Jarra (ROCHA, 2020).

Outra retomada territorial foi realizada pelo Cacique Chiquinho e cerca de 100 famílias habitantes na zona urbana de Palmeira dos Índios. Sem terras e trabalho, com a repressão das práticas ritualísticas, os Xukuru-Palmeira reivindicaram um território. Atualmente, em virtude de intensa mobilização, indígenas que apoiaram as reivindicações do mencionado Cacique habitam a Aldeia Monte Alegre. Apesar de não serem reconhecidos por algumas lideranças Xukuru-Kariri, dificultando o processo de homologação da Terra Indígena pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), os indígenas mobilizados reconheceram a importância da retomada territorial como premissa para a reivindicação de outros direitos sociais, como saúde e educação diferenciadas (FRANÇA et al., 2007). Além da Aldeia Monte Alegre, os Xukuru-Kariri também habitam em nove territórios reconhecidos nos arredores de Palmeira dos Índios: Fazenda Canto, Coité, Capela, Jarra, Mata da Cafurna, Cafurna de Baixo, Riacho Fundo, Amaro e Boqueirão.

Portanto, no decorrer deste artigo, analisaremos brevemente a atuação do SPI em Palmeira dos Índios por meio do Posto Indígena Irineu dos Santos, a partir da documentação consultada sobre o referido órgão indigenista no processo de aldeamento de indígenas Xukuru-Kariri dispersos em Palmeira dos Índios e cidades adjacentes, enfatizando o aspecto multifacetado do reconhecimento estatal como base para as distintas atuações indígenas nos mundos do trabalho, bem como para a formação de outras aldeias com o movimento de retomadas territoriais. Abordaremos as experiências de indígenas no cultivo e corte da cana de açúcar em diferentes temporalidades, para situar às atividades sazonais e migratórias exercidas pelos indígenas.

A CONQUISTA DO POSTO INDÍGENA IRINEU DOS SANTOS

As mobilizações para aquisição de uma área destinada a criação da Aldeia Fazenda Canto ocorreram em um esforço conjunto entre o então Cacique Alfredo Celestino, o Padre Alfredo Dâmaso e o Deputado Medeiros Neto.⁸ Os recursos como contribuição financeira provindos da Inspeção do SPI no Paraná,⁹ destinados à compra de terras, também foram fundamentais nas tratativas locais para reconhecimento étnico do povo Xukuru-Kariri.¹⁰ A propriedade escolhida para assentar os indígenas era parte da fazenda de Manoel Sampaio Luz, conhecido como Juca Sampaio, Prefeito de Palmeira dos Índios

à época de 1952. Após contatos estabelecidos entre o órgão indigenista e Juca Sampaio, foi acordado que a área destinada ao assentamento Xukuru-Kariri seria a parte final da fazenda do referido político. As terras da citada fazenda, além de mal cuidadas e com solo improdutivo, eram fronteiriças às terras de políticos rivais no cenário municipal (ROCHA, 2020).

As negociações entre o SPI, representado pelo Inspetor Deocleciano de Souza Nenê, com o poder político municipal geraram relações de amizade com o principal interessado na venda da propriedade: Juca Sampaio. A estada do Inspetor em Palmeira dos Índios “foi conduzida a todo instante pelos representantes do poder público e econômico local: seja montado em cavalo cedido pelo *seu Juca*, ou utilizando prédio da Prefeitura para realização de trabalhos” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 85).

A suposta amizade entre o representante do SPI e Juca Sampaio possibilitou uma negociação pautada em relações econômicas marcadas pela troca de favores, culminando na aquisição de 346 hectares para instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos na Aldeia Fazenda Canto. O imbróglio no repasse da terra foi constatado em seguida, quando se evidenciou a área total com apenas 276 hectares (PEIXOTO, 2019).

Em estudo recente, Adauto Rocha (2020) demonstrou como as difíceis condições estruturais vivenciadas pelos Xukuru-Kariri na Aldeia Fazenda Canto, sobretudo nas décadas finais do século XX, acirraram os embates entre indígenas e representantes do SPI no ambiente reconhecido e administrado pelo referido órgão indigenista, especificamente, no Posto Indígena Irineu dos Santos. Se aos indígenas faltavam melhores possibilidades de permanência na Aldeia Fazenda Canto, como resposta às fragilidades estruturais, muitos seguiram os caminhos percorridos por parentes, amigos e correligionários, buscando, nos exploratórios mundos do trabalho, melhorias para a condições de vida. Certamente, uma das vias mais acessadas para sobreviverem, sobretudo a partir de meados do século XX, foram as migrações sazonais para diversas atividades, com destaque para aquelas desempenhadas nos canaviais, conforme será discutido adiante.

OS XUKURU-KARIRI TRABALHADORES NA LAVOURA CANAVIEIRA

Na documentação consultada, observamos que a lógica em criar o Posto Indígena Irineu dos Santos foi para aldear indígenas Xukuru-Kariri que perambulavam pelas periferias em Palmeira dos Índios e cidades adjacentes no Semiárido de Alagoas.¹¹ Os primeiros anos habitando na Aldeia Fazenda Canto, portanto, foram vivenciados por indígenas que almejavam retornar para as terras por terem o sentimento de pertença ao campo. O indígena Sebastião Cosme, por exemplo, chegou à aldeia ainda muito jovem. Naquela época, os pais foram convidados por lideranças indígenas para ir morar na Fazenda Canto.

Sebastião Cosme de Oliveira nasceu em 1954 no município de Paulo Jacinto, próximo a Palmeira dos Índios. Filho dos Xukuru-Kariri migrantes e agricultores Cícero Cosmo de Oliveira e Maria Olívia da Conceição, passou boa parte da infância morando na zona rural do município de nascimento. Nos muitos trabalhos que exerceu, Basto Cosme lembrou da época quando atuou como cabo de turma¹² em usinas na Zona da Mata alagoana.

A precariedade na agricultura no Posto Indígena e a falta de água foram situações decisivas para a partida em direção ao “Sul” de Alagoas, ou seja, à Zona da Mata canavieira. Apesar de rarefeitas, as experiências de ensino na escola do posto indígena foram primordiais no exercício das funções exigidas entre os canaviais. Sobre as experiências na escola da Aldeia Fazenda Canto em épocas do SPI, “Seu” Basto relatou:

Com quinze anos, toda a vida morei ali em cima, pequenininho, pequenininho. Chegou um conhecido do meu pai lá em casa aí falou - eu já tinha andado para a escola, já sabia assinar meu nome e os de umas pessoinhas – aí ele chegou lá em casa e disse, o meu pai se chamava Ciço, aí: “Ciço, e esse menino? Ele sabe ler e escrever o nome de alguma pessoa?” Aí o pai disse: “Sabel?”. Eu estava na fase da escola ainda, estava na escola, estudando, ainda, mas já estava farrapando que estava indo trabalhar para ganhar uma besteirinha. Aí ele disse: “Sabe”. [...] Eu já estava meio prático mesmo, conta de dividir eu dividia por seis algarismos, hoje não divido nem por dois. Se eu for dividir, é por dois, apulso! Porque nesse tempo a gente, era tudo manual, não tinha máquina, não tinha nada! A gente fazia conta de multiplicar [...] esses cadernos pequenininhos, era uma página daquela para uma conta só de dividir, eu botava os seis algarismos em cima, até o nove e

eu saía dividindo, dividindo, até chegar embaixo, eu achava bonito! Eu ganhava nota dez na escola! Eu e um tio do Gênio Messias, aquele que a gente chamava de “Edi”.

Ao recordar o perfil dos trabalhadores cortando cana à sua época, “Seu” Basto afirmou que a presença de jovens menores de idade era prática corriqueira nas usinas. Ao ser perguntado sobre a instrução escolar dos trabalhadores o entrevistado afirmou ter conhecido muitos que não tiveram contato com a escola por imposição das condições trabalhistas. Outros frequentavam ambientes escolares próximos da maior idade:

Era sufoco, a vida do agricultor fraquinho. Hoje não, hoje estão todos ricos, que hoje não tem mais fazendeiro, hoje não tem mais essas coisas, já foi proibido. Um menino nascia na usina, nas fazendas, só ia para a escola, quando ia pra escola estava com 14, 15 anos. Era um menininho, com nove anos nós já cortava cana igual um cabra velho daqui de cima, mais do que eu, se fosse contratado um molequinho de nove anos, 10 anos, cortava mais do que eu. O menino ir para a escola era um bicho, por que [...] foi proibido né? Esse negócio de menino sair para trabalhar na roça com 14 anos, 15 anos, essas coisas, né?!

A migração para trabalhar no setor sucroalcooleiro foi provocada pela falta de recursos financeiros na Aldeia Fazenda Canto. Aos 15 anos de idade, assim como muitos outros indígenas Xukuru-Kariri, Basto Cosme vivenciou duras jornadas de trabalho no cultivo e corte da cana de açúcar. As primeiras atividades realizadas foram nas usinas Urupemba e Uruba, próximas ao município de Atalaia, Zona da Mata em Alagoas.

Nos relatos “Seu” Basto afirmou que a chegada aos canais era marcada por orientações dos empreiteiros que arregimentavam os trabalhos, sendo frequentes as estratégias para exploração da força de trabalho. Uma das formas utilizadas eram os furtos na pesagem ou medição da cana cortada no final das diárias trabalhadas:

Na usina, cabo de turma, lá botaram pra trabalhar como cabo de turma, me ensinou a medir conta para os “pinhão”, e, pesar cana. A cana era pesada, uma varetiinha assim, aí o cabra cortava as canas, os moios para fazer um feixe. Aí deles diziam assim: “você casse o feixinho menor, só pode apontar de 10 quilos, pode ter 40, 50

feixes de cana, que, pesa um feixe ou dois, os mais pequeninhos daquele meio, só aponta 10 quilos e conta os feixes que ele cortou e tira um pelo outro.

“Seu” Basto teve os trabalhos como “cabo de turma” interrompidos após o terceiro mês de atividades nas usinas. O retorno para os canaviais somente ocorreu quando estava próximo de completar a maioridade, dessa vez para limpar os canaviais em Cajueiro, município alagoano. Sobre a interrupção e retorno aos trabalhos em usinas o entrevistado relatou:

Três meses, só trabalhei mais esse homem, de empreitada, aí vim-me embora, não vinha em casa e meu pai foi buscar eu, ainda estava de menor, aí vim embora e não voltei mais para canto nenhum. Voltei, depois, já ficando de maior, com dezessete anos, aí já fui para várias fazendas, limpar cana com os empreiteiros também! Chegava assim, em Cajueiro, aí tá o cara, que nem eu fazia mais o empreiteiro, antes: “êpa meninos, vocês vão trabalhar, querem trabalhar? Chegue para cá, bote as coisas aqui, nós vamos para a fazenda fulano de tal, assim”. Aí, nós íamos. É, para canavial de cana, limpar, meu serviço era limpar. Limpava assim, no verão, nesse tempo de agora, limpava dois meses, aí pronto, aí vinha para casa e não ia mais, no outro ano ia de novo.

O retorno para os territórios indígenas ocorria no fim do verão. Com as primeiras chuvas, os Xukuru-Kariri se mobilizavam para as pequenas plantações nas dependências do Posto Indígena. Na segunda metade do século XX, a agricultura para o consumo básico dependia dos raros volumes pluviométricos. Os trabalhos nos canaviais ou usinas de açúcar, geralmente eram exercidos sob a clandestinidade e em regimes sazonais. O trabalho clandestino, significava o desrespeito aos direitos trabalhistas por parte dos empregadores. Essa forma de utilização da mão de obra foi e ainda é muito comum na lavoura canavieira no Nordeste. Nesse sentido, Basto Cosme foi um dos poucos indígenas entrevistados com registro formal de trabalhos nas usinas de açúcar em Alagoas. De acordo com ele, os trabalhos na lavoura canavieira eram motivados pela falta de recursos financeiros e exploração em fazendas circunvizinhas ao Posto Indígena Irineu dos Santos:

No verão, as roças aqui eram naquela serra ali, aí meu pai não tinha [...] a gente trabalhava para o fazendeiro, ganhava um trocadinho, a diário do fazendeiro era

muito barata aqui, e lá na usina eu ganhava uma diária maior, aí eu ia né?! Até quando eu me casei que eu tinha dezenove anos, eu ainda fui uns dois anos, em setenta e cinco foi que eu deixei que fui trabalhar de fichado em usina.

As muitas idas e vindas entre o Semiárido e a Zona da Mata em Alagoas ocorreram com o uso dos trens, pelo curto tempo que transportava os migrantes saindo das terras indígenas em direção às áreas do setor sucroalcooleiro. De Palmeira dos Índios ao setor canavieiro gastavam em média duas horas, situação bem diferente se transportados em caminhões cedidos pelas usinas. A chegada aos canaviais era hostil, marcada pela relativa distância do território indígena e o autoritarismo de funcionários com cargos de confiança. Sobre esse contexto de hostilidades no ambiente de trabalho, Sebastião Cosme afirmou:

Apanhava o trem e descia para Cajueiro. Eu esperava o trem nove horas do dia, quando era assim, umas onze horas nós estávamos lá. Nós íamos no dia de domingo, era no dia que eles estavam nas estações, esperando o povo para ir levar [...] com o caminhão [...] para ir levar para as fazendas. Aí, quando levantava um bocado de gente, que não tinha mais ninguém [...] aí empurrava para as fazendas, ninguém sabe a distância, era com dez quilômetros, cinco quilômetros, seis, oito, era assim. Vem gente para trabalhar, eles já sabiam que os sertanejos desciam, no verão os sertanejos desciam para trabalhar nas usinas, aí ficava ali, atocaiando ali. Não era um só não, era um bocado [...] o cabra salta com a bolsinha na mão aí ele conhece: “ei, o senhor vai trabalhar? [...] vem para cá! Eu tenho um serviço em tal canto acolá, é limpa, corte de cana, não sei o quê, vamos para lá que lá é bom”. Aí o cabra chegava lá só faltava apanhar do cabra, bicho ruim da poxa.

Anos mais tarde, quando, além das ferrovias utilizavam-se veículos, estradas e rodovias, outros grupos de indígenas deslocavam-se em caminhões das usinas, os chamados “gaiolões”. Aglomerados e totalmente desprotegidos, percorriam as serras e estradas em direção aos canaviais. Naquele período, os deslocamentos também eram realizados com indígenas de outras etnias. Os caminhões desciam as serras em direção ao Sertão alagoano e quando conseguiam determinada quantidade de trabalhadores retornavam em direção à Zona da Mata alagoana, completando com a carga humana disponível nas cidades do Agreste de Alagoas, como Palmeira dos Índios. Ao se referir sobre as ativida-

des sazonais no corte de cana, Geraldo Mascena, indígena Pankararu habitante na Mata da Cafurna desde 1981, relatou:

A primeira vez que eu fui para a usina eu tinha 17 anos. De lá, nós vínhamos aqui para um lugar chamado Pariconha, perto de Delmiro Gouveia, e tinha aqueles gaiolões, que levava nós para as usinas. Aí nós íamos, trabalhávamos dois, três meses e retornávamos quando tínhamos saudades da família. E mesmo nós tínhamos que, aquele dinheirinho que ganhávamos, juntar para levar para as mães e os irmãos comerem. Aí você deixava o dinheiro e retornava. Passava três, quatro meses e voltava para levar aquele dinheiro para dar assistência a quem estava em casa.

A trajetória migrante para trabalhos sazonais também foi experimentada por outros Xukuru-Kariri. Francisco Félix da Silva, conhecido como Chico Aleixo, recordou os períodos de exploração e ameaças vivenciadas no trabalho nos canaviais em Alagoas. O caráter transitório entre os locais de trabalho e o território indígena, somados a falta de registro na carteira de trabalho, favoreceram imposições das usinas para a ausência de seguridade social e o pagamento de pequenas quantias pela cana cortada. Relatou Chico Aleixo:

Na usina todo ano eu ia, um mês, dois, não era Zefa? E voltava, não ia mais. Às vezes nem acabava, que a gente pegava um cabra ruim um empreiteiro ruim infeliz, para não pagar o povo, o cabra duro ali tem caba ali matador de gente. Às vezes o cara não recebia nem o dinheiro corria e vinha simhora, para não morrer. Eu fui para Camaçari, trabalhamos na Camaçari trabalhamos na Urubá, não tinha canto não, Urubá, Camaçari, trabalhamos na Utinga, trabalhamos naquela usina que tem perto de Cajueiro, trabalhei em um bocado de canto, não tinha canto não para trabalhar na usina, agora tudo desfichado, sem ganhar nada, só trabalhava mesmo para ganhar... essas usinas para cortar cana não ficham ninguém, você cortava no moio. Era, porque às vezes você não trabalhava com usina, você trabalhava com caba ruim, empreiteiro ladrão que às vezes ameaçava você para você correr para deixar o dinheiro para ele, muitas vezes nós saímos de pé, teve vezes que eu vim da Usina Ouricuri à pé, trabalhei com empreiteiro lá, vinha eu e outro cara à pé de lá até aqui, à pé! Porque não tenho dinheiro para pagar ônibus, vinha um caminhão velho nós pedimos passagem aí ele deu, nós chegamos em casa sem nada porque na ida chegava no Maribondo [...] de Maribondo você pegava o caminhão da usina e sumia para a usina [...] teve um

dia que nós saímos a pé de lá para nós não morremos saiu à eu e mais um cara chegamos eu vim pegar um carro no Belém.

Após o regresso da usina, diversos indígenas trabalhavam em fazendas, na agricultura e na construção civil. Outras experiências de trabalho em usinas foram na construção de casas e galpões para armazenamento do açúcar. Ao atuar como servente de pedreiro em usinas, Basto Cosme utilizou o pouco tempo de descanso como oportunidade para aprender técnicas de construção com alguns pedreiros experientes. Posteriormente, essa estratégia de resistência¹³ constatada também com outros indígenas entrevistados, semelhante à apontada em um estudo sobre trabalhadores analfabetos em busca de trabalho,¹⁴ possibilitou a Basto Cosme a adquirir uma profissão menos onerosa, possibilitando autonomia financeira longe dos canaviais, conforme enfatizou:

Chegou o verão e eu fui para usina trabalhar, fui trabalhar de servente de pedreiro, aí lá comecei trabalhando com os pedreiros, eu trabalhava muito o horário a construção era grande era um galpão para botar açúcar. Ele tinha 40 metros de largura com 70 de comprimento era muito grande a cumieira dele era coberta com 'brasilite' desse grosso. A coberta dele foi de 11 na empena era de 11 m de altura, até um dia nós estávamos de noite para botar material em cima e nós descemos que a parede balançava muito, balançava muito, nós com medo de cair, nós não íamos morrer, o cabra morrer muito novo?! Na época eu tinha 21 anos. Aí lá eu fui treinando, pegando a colher dos pedreiros. Lá eles trabalhavam por hora, iam para casa tomar café, pegavam e 6 horas o horário quando era 7 horas ou 7:30 eles iam para casa tomar café e deixaram eu trabalhando para lá, aí eu ficava reinando, eu já tinha tomado café na casa da minha irmã lá, eu estava na casa de uma irmã minha e eu ia reinar. Aí chegou um novato que se chama do meu nome, chamava-se Sebastião [...] me deu umas dicas para me dar algumas dicas né eu já tinha uns dois meses lá trabalhando [...] aí ele foi me dá dando umas dicas e não é que quando foi com 7 meses eu pedi as contas para vim embora.

As estratégias utilizadas pelos Xukuru-Kariri para tentar driblar as atividades no corte de cana foram as mais diversificadas. A construção civil e a agricultura foram extremamente importantes para muitos indígenas que trabalhavam no "Sul". Mesmo com as exaustivas jornadas e péssimas remunerações, os indígenas eram trabalhadores nas usinas nos períodos de longas estia-

gens. Ao ser perguntado sobre as possibilidades de retorno para atividades sazonais no setor sucroalcooleiro, o indígena Sebastião Ricardo, conhecido como “Dato”, afirmou:

Rapaz se eu fosse novo, eu ainda ia, mas na idade que eu estou, o cara com 60 anos, que poxa ele vai fazer?! Tem hora que é tão bom o cara andar pelo meio do mundo, agora que a vida na usina e a viagem da gente era sofrida viu, não era brincadeira não, um frio que o cara chega tremia, a gente saía daqui de Palmeira, 4:30h pra chegar lá em hora de trabalho.

As experiências de trabalho relatadas por indígenas na lavoura canavieira evidenciaram a formação de redes nos deslocamentos até a Zona da Mata em Alagoas. O trabalho indígena na lavoura canavieira foi uma alternativa para sobrevivência em meio ao esbulho das terras e ao crescimento demográfico nos territórios indígenas. Situações históricas ocorridas com os Xukuru-Kariri e também com outros indígenas no Nordeste, a exemplo dos Xukuru do Ororubá¹⁵ habitantes no Semiárido pernambucano. A falta de terras para habitar e plantar, as difíceis condições climáticas e ainda perseguições de fazendeiros, forçaram os Xukuru-Kariri a migrarem em direção as periferias da cidades de Palmeira dos Índios e para trabalho na lavoura canavieira na Zona da Mata alagoana. As frequentes viagens motivaram também mobilizações para retomadas territoriais pelos indígenas.

Para indígenas entrevistados, “andar pelo meio do mundo” significava a oportunidade em melhorar de vida e, com recursos financeiros, retornar para as aldeias com mais seguridade. Para outros, representava “conhecimentos” e frustrações em constantes processos de aprendizagens e experiências, mediados por conflitos e diferentes formas de conceber o trabalho com peão, “pinhão do meio do mundo, pinhão de todo canto”, como afirmou “Seu” Basto Cosme sobre o contato com migrantes de origens diversas em atividades sazonais na monocultura canavieira.

Ao refletir sobre os universos do trabalho indígena, pudemos compreender a complexidade e a historicidade dos processos fundiários em Palmeira dos Índios, devido às características dinâmicas e múltiplas nas decisões em sair dos lugares de origens para trabalhos temporários. Desse modo, as retomadas territoriais foram urgidas a partir dos processos migratórios, resultando em melhores condições de sobrevivência e autonomia. Para os Xukuru-

-Kariri, o trabalho é uma categoria dinâmica: constrói e é construído a partir de demandas e condições específicas, motivadora para mobilizações pela conquista da terras ancestrais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: QUESTÕES PARA DISCUSSÕES NO ENSINO DE HISTÓRIA

Pensar o ensino da temática indígena significa indagar quais são mesmo as contribuições do ensino de História para superar equívocos, desinformações e preconceitos sobre os povos indígenas. É necessário questionar as frágeis relações ou falta de diálogos entre os reconhecidos avanços nas pesquisas e produções acadêmicas com a publicação de livros didáticos, vistos como “primos pobres” e muito desvalorizados nos processos formativos; e, ainda, como as pesquisas acadêmicas, especificamente na área de História, estão vinculadas com a atualidade das vivências indígenas, em que é necessário enaltecê-los como protagonistas nos processos históricos. Protagonismos estes explícitos, por exemplo, no considerável número de estudantes indígenas em vários cursos de graduação e pós-graduação espalhados em universidades e institutos federais em todo o território nacional.

Na esteira de uma revisão curricular, em que pese a reelaboração dos conteúdos programáticos, cabe ressaltar a falta de investimentos na qualificação de docentes que atuam no Ensino Superior, seja nas instituições públicas, mas também, e sobretudo, nas instituições privadas, pois muitas delas são sempre questionadas sobre a qualidade do ensino. Investimentos em melhorias salariais e de condições de trabalho, certamente, contribuiriam para a criação de currículos escolares mais abrangentes, plurais e dinâmicos. Portanto, superados os entraves e enfrentadas as questões citadas, a efetivação da Lei n. 11.645/2008 funcionaria como uma grande possibilidade de enfrentamento ao racismo contra os povos indígenas, além de questionamentos às visões colonizadoras, aos ufanismos e às concepções deterministas sobre o lugar dos povos indígenas na História do Brasil.

Sobre essas questões, a indígena Rita Potiguara, reconhecida pesquisadora na área de Educação, argumentou:

Vencer os preconceitos comumente correntes de visões estereotipadas que projetam os povos indígenas em um passado remoto nos confins de florestas intocadas, atentando para a complexidade e diversidade de situações vivenciadas por estes povos no pretérito e/ou no presente, são alguns dos resultados esperados com a implementação da lei. No entanto, nos currículos dos cursos de formação de professores, no conjunto dos materiais didáticos e no cotidiano escolar da maioria das instituições de ensino da Educação Básica, o que se percebe, em termos práticos, é a inobservância do que preceitua a lei. (NASCIMENTO, 2021, p. 14)

Discutindo sobre temas sensíveis a serem tratados na educação formal, pesquisadoras afirmaram acreditar na força do ensino de História para superação do silêncio sobre o passado de violências propagadas contra indígenas, negros e grupos menos importantes de maneira geral, desnaturalizando as desigualdades sociais em nosso país e provocando mudanças nos discentes e, assim, na sociedade civil (GIL, MESQUITA, 2020, p. 7). Para tanto, é necessário repensarmos as imagens e discursos genéricos, superficiais e preconceituosos sobre os chamados “índios” nos conteúdos e práticas pedagógica

Dessa forma, superaríamos os muitos estereótipos, equívocos e preconceitos amplamente difundidos, ao tempo em que (re)conheceríamos os direitos fixados na Constituição Federal, aprovada em 1988, ratificados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e em legislações posteriores, a exemplo da citada Lei n. 11.645/2008, compreendendo os significados das sociodiversidades indígenas em nosso país. Esses são alguns dos desafios evidenciados no tempo presente sobre o ensino em História (NASCIMENTO, 2021).

Em uma síntese dos desafios para a implementação da legislação, citamos a necessidade de leituras críticas das imagens e discursos sobre os indígenas; sendo urgente e necessária uma maior vinculação das pesquisas acadêmicas da chamada “nova história indígena”, evidenciando e vinculando os protagonismos dos povos originários e os conteúdos dos livros didáticos com o ensino da temática indígena para mudanças nas práticas pedagógicas; o cumprimento das “Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n. 11.645/2008”; a produção de subsídios didáticos destinados, sobretudo, à Educação Infantil e investimentos na formação de professores/as sobre a temática indígena nas licenciaturas e para a formação continuada de docentes atuando nas diferentes áreas do ensino.

Pensando em sugestões para a abordagem crítica da temática indígena no ensino de História, refletimos sobre algumas questões. Em primeiro lugar, os deslocamentos de indígenas na busca de trabalhos temporários distantes dos territórios onde habitam não foram experiências vivenciadas apenas pelos Xukuru-Kariri, pois situações de migrações indígenas ocorrem em todas as regiões do país. Em segundo lugar, conforme discorreremos no texto, no caso dos citados indígenas, a seca, as precárias condições de vida e as invasões nos territórios indígenas têm provocado a formação de redes migratórias, buscas de trabalhos que, em alguns casos, retiram jovens indígenas do ambiente escolar. Essas são experiências históricas consideráveis para o ensino de História sobre a temática indígena.

Portanto, uma sugestão bastante pedagógica é promover uma excursão didática com estudantes para algum território indígena, com a recomendação de observarem e conhecerem situações vivenciadas pelos povos originários. Provocando o senso crítico nos/as estudantes sobre diferentes expressões socioculturais, relações socioambientais e também interculturais entre indígenas e não indígenas, confrontando com as imagens conhecidas a partir de outros meios, como a televisão, jornais, as mídias digitais, com informações generalistas, preconceituosas, equivocadas e falsas, a maioria divulgadas pelos invasores das terras indígenas.

Não sendo possível visitar territórios indígenas, como proposta alternativa, seria importante propor uma pesquisa sobre as migrações para trabalho e a presença indígena em contextos urbanos,¹⁶ com no mínimo três questões norteadoras: de quais locais, por que e para onde os indígenas migraram em busca de trabalho? Como se deslocaram? Quais eram os problemas vivenciados nos lugares onde migravam para trabalho ou nos centros urbanos? Em seguida, após a elaboração de textos pelos/as discentes, docentes poderiam organizar a exibição de documentários sobre as migrações indígena para as cidades (a exemplo de: *Índios na cidade*, produzido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo;¹⁷ *Do São Francisco ao Pinheiros*, produzido por Paula Morgado e João Cláudio de Sena).¹⁸

Refletindo a partir dos pressupostos da Lei n. 11.645/2008 e do Parecer CNE/CEB 14/2015 (Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n. 11.645/2008), cujos marcos jurídicos determinaram a “inclusão nos currí-

culos escolares da Educação Básica pública e privada o ensino da história e culturas afro-brasileiras e indígenas” (SILVA, 2015, p. 162-163), o objetivo será desconstruir estereótipos sobre os fluxos migratórios entre os territórios indígenas e os centros urbanos, bem como sobre quaisquer temas em que houvesse possibilidade de problematizar visões românticas e cristalizadas acerca dos povos indígenas no Brasil. Ao final da exibição de produções audiovisuais, tais como as que foram evidenciadas anteriormente,¹⁹ seria muito proveitoso solicitar que os/as estudantes partilhassem as leituras dos textos, seguidos de comentários sobre os conteúdos abordados, buscando relações entre as concepções produzidas sobre os indígenas em contextos urbanos e aqueles apresentados pelos documentários indicados.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Cortez, 2011.
- BRASIL. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei n. 11.645/2008. Parecer CNE/CEB n. 14/2015. Brasília/DF, D.O.U. de 18/4/2016, Seção 1, p. 43.
- COVER, Maciel. *O tranco da roça e a vida no barraco: um estudo sobre os trabalhadores migrantes no setor do agronegócio canavieiro*. João Pessoa: EdUFPB, 2011.
- FERREIRA, Gilberto Geraldo. *Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967)*. Recife, UFPE, 2016 (Tese Doutorado em História).
- FRANÇA, José Nascimento de et. al. *Xukuru-Palmeira: o oitavo grupo Xukuru-Kariri*. Maceió: UFAL, 2007 (Relatório de pesquisa).
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; MESQUITA, Ilka Miglio de. Ensino de História com questões sensíveis. *Pensar a Educação em Revista*, Florianópolis/Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1-18, jun.-ago. 2020.
- LAMAS, Fernando Gaudereto; VICENTE, Gabriel Braga; MAYRINK, Natasha. Os indígenas nos livros didáticos: uma abordagem crítica. *Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, Recife, v. 2, n. 1, p. 124-139, 2016.
- MARTINS, Sílvia Aguiar Carneiro. *Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais*. 1994. 175f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1994.

- MENEZES, Marilda Aparecida de. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba*: migração, família e reprodução da força de trabalho. 1985. 187f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande, 1985.
- MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A outra margem do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 1999, p.237-249.
- MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Thiago Barbosa da. *Mata da Cafurna*: ouvir memória, contar história: tradição e cultura do povo Xukuru-Kariri. 2. ed. Maceió: Edições Catavento, 2010.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 153-169, 2002.
- NASCIMENTO, Rita Gomes do. Ensino da história e cultura indígenas: uma questão de direito. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Orgs.). *Ensino da temática indígena e educação para as relações étnico-raciais*. Maceió, AL: Olyver, 2021, p. 13-31.
- NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 2010.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. *A viagem de volta*: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.
- PEIXOTO, José Adelson Lopes. *Memórias e imagens em confronto*: os Xukuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá. Maceió: Olyver, 2019.
- PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Thayan Correia da. Demarcação, desintrusão e conflito territorial em Palmeira dos Índios. In: COSTA, Jairo José Campos da; TENÓRIO, Douglas Apratto (Orgs.). *Alagoas: a herança indígena*. Arapiraca: EdUNEAL, 2015, p.107-141.
- PERES, Sidnei. SPI, indianidade e indigenismo no Nordeste: cotidianidade e historicidade do poder tutelar. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-FUNAI, 2011, p. 321-329.
- ROCHA, Adauto Santos da Rocha. *Xukuru-Kariri*: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990). Maceió: Olyver, 2020.
- SCOTT, James. *A dominação e a arte da resistência*: discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.
- SILVA, Edson. Os povos indígenas e o ensino: possibilidades, desafios e impasses a partir da Lei 11.645/2008. In: BARBALHO, José Ivamilson Silva; FERREIRA, Gil-

- berto Geraldo; SILVA, Edson Hely. *Educação e diversidades: um diálogo necessário na Educação Básica*. Maceió: EDUFAL, 2015, p. 161-180.
- SILVA, Edson. Os Xukuru e o “Sul”: migrações e trabalho indígena na lavoura canavieira em Pernambuco e Alagoas. *Clio*, Recife, n. 26-2, p. 215-244, 2008.
- SILVA, Edson. *Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 – 1988*. Recife: EdUFPE, 2017.
- SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da (Orgs.). *A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008*. Recife: EdUFPE, 2016.
- SILVA, Verônica Pessoa da. *No vai e vem da esperança: um balanço dos processos migratórios, a partir dos saberes e aprendizados populares no Nordeste brasileiro*. 2013. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba.
- SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. *Aldeando sentidos: os Xukuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano*. Maceió: EdUFAL, 2013.
- TORRES, Luiz Byron Passos. *História das comunidades rurais de palmeirenses*. Palmeira dos Índios: 2001. Texto não publicado (disponível no acervo do GPHIAL).

Entrevistas

- Cícero Terto do Nascimento, “Grilo”, 57 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 23/03/2019.
- Francisco Félix da Silva, “Chico Aleixo”, 66 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 05/02/2019.
- Geraldo Mascena da Silva, “Santa Luzia”, 64 anos. Aldeia Mata da Cafurna, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 27/03/2019.
- Sebastião Cosme de Oliveira, “Seu” Basto Cosme”, 68 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 09/02/2019.
- Sebastião Ricardo da Silva, “Dato”, 64 anos. Aldeia Fazenda Canto, Território Xukuru-Kariri, Palmeira dos Índios/AL, em 06/02/2019.

NOTAS

¹ A expressão “Sul” corresponde a Zona da Mata em Alagoas, utilizada pelos indígenas quando se referem aos locais com plantações de cana de açúcar. Situação semelhante também foi expressada pelos Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira e Poção/PE, quando se deslocaram para atividades no setor canavieiro. Para maiores informações, ver: SILVA, 2008.

² Alagoas: “Área ocupada por cana-de-açúcar – 2013”. Disponível em: https://dados.al.gov.br/catalogo/es/dataset/mapas-de-agropecuaria/resource/e027acda-ba42-4e27-922d-ccfb270448a4?inner_span=True. Acesso em: 12/07/2022.

³ Para maiores informações sobre a efetivação da Lei de Terras de 1850, ver: MOREIRA, 2002; SILVA JÚNIOR, 2013.

⁴ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de janeiro de 1956. Planilha 02 – Fotograma. 59-60. Acervo do Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro.

⁵ Não tivemos acesso a todas as carteiras de trabalho dos entrevistados por vários motivos. Alguns indígenas não estavam nas residências nos momentos das conversas; outros sequer tiveram as carteiras de trabalho assinadas ao longo dos anos, nestes casos, ocorreu o exercício de atividades trabalhistas informais.

⁶ Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspetoria Regional 4. Palmeira dos Índios, 30 de setembro de 1959. Planilha 03 – Fot. 179-180. Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro.

⁷ Famílias disputam poder e terra. *Jornal Tribuna de Alagoas*, Maceió, 26/01/1997. Disponível no acervo do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em Maceió.

⁸ Telegrama enviado pelo Deputado Medeiros Neto para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da 4ª Inspetoria Regional/IR4, em 01/07/1957. Planilha 03 – Fot. 64-65. Museu do Índio/Museu do Índio.

⁹ Apesar de termos lido centenas de fontes documentais sobre o Posto Indígena Irineu dos Santos, não encontramos dados mais abrangentes sobre as tratativas com representantes do SPI no Paraná em épocas de formação da Aldeia Fazenda Canto.

¹⁰ Ver: MARTINS, 1994, p. 34.

¹¹ Telegrama enviado pelo deputado Medeiros Neto para Raimundo Dantas Carneiro, Chefe da IR4, em 01/07/1957. Planilha 03 – Fg. 64-65. Museu do Índio/Rio de Janeiro.

¹² A função do “cabo de turma” era formar e supervisionar grupos de trabalhadores para o corte de cana, além de ser o responsável pela medição ou pesagem no fim das atividades, outra possível definição para o cargo seria “turmeiro”. Ver: COVER, 2011, p. 17-18.

¹³ Ver: SCOTT, 2013, p. 19.

¹⁴ Ver: SILVA, 2013.

¹⁵ Ver: SILVA, 2017.

¹⁶ Ver: NUNES, 2010.

¹⁷ Disponível em: <https://cpisp.org.br/publicacao/indios-na-cidade/>. Acesso em: 22/08/2023.

¹⁸ Disponível em: <https://vimeo.com/32627976>. Acesso em: 22/08/2023.

¹⁹ Documentários sobre temas diversos produzidos por indígenas Xukuru-Kariri, bem como textos e demais produções acadêmicas poderão ser consultadas no site: <https://www.gphial-uneal.com.br>. Acesso em: 31/01/2024.



Artigo submetido em 31 de agosto de 2023.
Aprovado em 16 de janeiro de 2024.